

**PROSPECTO DEFINITIVO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA
DA 1ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
TREND BANK BANCO DE FOMENTO - MULTISSETORIAL**

R\$ 100.000.000,00

(ATUALIZADO EM 17 DE JULHO DE 2007)

CNPJ Nº 08.927.488/0001-09

Austin Rating: AA

Benchmark: 110% do CDI

CÓDIGO ISIN DAS QUOTAS SENIORES DO FUNDO: BRFTDBCTF009

EMIÇÃO DA PRIMEIRA SÉRIE DE QUOTAS SENIORES DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS TREND BANK BANCO DE FOMENTO - MULTISSETORIAL (O "FUNDO"), CONSTITUÍDO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO CMN Nº 2.907, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2001, E A INSTRUÇÃO CVM Nº 356, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2001 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, INSCRITO NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA ("CNPJ/MF") SOB O Nº 08.927.488/0001-09 E ADMINISTRADO PELA CRUZEIRO DO SUL S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, SOCIEDADE COM SEDE NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NA AV. PRESIDENTE WILSON, Nº 231, 24º ANDAR, PARTE, CENTRO, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 62.382.908/0001-64 (A "ADMINISTRADORA"), CONFORME DELIBERADO PELA ADMINISTRADORA NO ATO DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO, EM 02 DE JULHO DE 2007, O QUAL SE ENCONTRA REGISTRADO NO 5º OFÍCIO DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO SOB O Nº 0957507, DE 11 DE JULHO DE 2007, ALTERADO E CONSOLIDADO EM 17 DE JULHO DE 2007.

ESTE PROSPECTO DEFINITIVO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO DE AUTO-REGULAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS BANCOS DE INVESTIMENTO - ANBID ("ANBID") PARA A INDÚSTRIA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO, BEM COMO DAS NORMAS EMANADAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS ("CVM").

A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DO FUNDO E/OU VENDA DAS QUOTAS NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM E DA ANBID, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DO ADMINISTRADOR E DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS AO FUNDO.

NÃO HÁ COMPROMISSO OU GARANTIA POR PARTE DO ADMINISTRADOR DE QUE O OBJETIVO DO FUNDO SERÁ ATINGIDO.

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO 'FATORES DE RISCO DESTE PROSPECTO DEFINITIVO, NAS PÁGINAS 13 A 16.

O INVESTIMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO DEFINITIVO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE O GESTOR DA CARTEIRA DO FUNDO MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E PARA OS QUOTISTAS.

ESTE FUNDO UTILIZA ESTRATÉGIAS COM DERIVATIVOS COMO PARTE INTEGRANTE DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO. TAIS ESTRATÉGIAS, DA FORMA COMO SÃO ADOTADAS, PODEM RESULTAR EM PERDAS PATRIMONIAIS PARA SEUS QUOTISTAS.

O FUNDO NÃO CONTA COM GARANTIA DE SEU ADMINISTRADOR, DA GESTORA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO FUNDO OU DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS - FGC.

A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE PROSPECTO DEFINITIVO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO, PORÉM, NÃO O SUBSTITUI. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTE PROSPECTO DEFINITIVO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO ÀS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO, À POLÍTICA DE INVESTIMENTO E À COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO FUNDO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DESTE PROSPECTO DEFINITIVO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO.

TODO QUOTISTA, AO INGRESSAR NO FUNDO, DEVERÁ ATESTAR, POR MEIO DE TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS TREND BANK BANCO DE FOMENTO - MULTISSETORIAL E CIÊNCIA DE RISCO, QUE RECEBEU EXEMPLAR DESTE PROSPECTO DEFINITIVO E DO REGULAMENTO DO FUNDO, QUE TOMOU CIÊNCIA DOS OBJETIVOS DO FUNDO, DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA (INCLUSIVE QUANTO À UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DERIVATIVOS), DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DEVIDA AO ADMINISTRADOR, DOS RISCOS ASSOCIADOS AO SEU INVESTIMENTO NO FUNDO E DA POSSIBILIDADE DE OCORRÊNCIA DE VARIAÇÃO E PERDA NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO E, CONSEQUENTEMENTE, DE PERDA, PARCIAL OU TOTAL, DO CAPITAL INVESTIDO.

ESTE FUNDO BUSCA MANTER UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 DIAS, O QUE PODE LEVAR A UMA MAIOR OSCILAÇÃO NO VALOR DA COTA SE COMPARADA À DE FUNDOS SIMILARES COM PRAZO INFERIOR.

O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO APLICÁVEL AOS QUOTISTAS DO FUNDO DEPENDE DO PERÍODO DE PERMANÊNCIA DOS RESPECTIVOS INVESTIMENTOS NO FUNDO, BEM COMO DA MANUTENÇÃO DE UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS. ALTERAÇÕES NESSAS CARACTERÍSTICAS PODEM LEVAR A UM AUMENTO DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE A RENTABILIDADE AOS QUOTISTAS E AO FUNDO, VIDE SEÇÃO "TRIBUTAÇÃO" DESTE PROSPECTO DEFINITIVO.



A CVM NÃO GARANTE A VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS E, TAMPOUCO, FAZ JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DAS QUOTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.

QUAISQUER OUTRAS INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O FUNDO E A DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DAS QUOTAS PODERÃO SER OBTIDAS JUNTO À ADMINISTRADORA.

OPERADOR E FOMENTADOR COMERCIAL DE ORIGINAÇÃO


COORDENAÇÃO


ESTRUTURAÇÃO	CO-ESTRUTURAÇÃO
	

DISTRIBUIÇÃO	CO-DISTRIBUIÇÃO
	

ASSESSORIA LEGAL	AGÊNCIA DE RATING	AUDITORIA	CUSTÓDIA
			

ÍNDICE

GLOSSÁRIO	04
CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO	06
PRESTADORES DE SERVIÇOS	08
CARACTERÍSTICAS DA 1ª SÉRIE DE COTAS SENIORES	08
PERFIL DO INVESTIDOR	09
POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	09
CONDIÇÕES DE CESSÃO	10
CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	10
POLÍTICA DE CONCESSÃO E COBRANÇA DE CRÉDITOS	11
METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO	12
FATORES DE RISCO	13
PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	15
EMIÇÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE QUOTAS	15
RAZÃO DE GARANTIA	17
ASSEMBLÉIA GERAL	18
EVENTOS DE AVALIAÇÃO	19
LIQUIDAÇÃO DO FUNDO	20
TAXAS	21
TRIBUTAÇÃO	21
ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO	22
CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO	24
OPERADOR E FOMENTADOR COMERCIAL DE ORIGINAÇÃO	25
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO	25
ENCARGOS DO FUNDO	25
PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS	26
PERIÓDICO DESTINADO À PUBLICAÇÕES DO FUNDO	26
BREVE HISTÓRICO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS	26
SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS CELEBRADOS PELO FUNDO	29
CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA	29
INFORMAÇÕES E ESTATÍSTICAS SOBRE INADIMPLENTOS, PERDAS OU PRÉ-PAGAMENTO	30
DEMONSTRATIVO DE CUSTO E DISTRIBUIÇÃO	30
ATENDIMENTO AO QUOTISTA	31
ANEXO I – INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO	32
ANEXO II – REGULAMENTO	33
ANEXO III – DECLARAÇÃO DO DIRETOR E DA ADMINISTRADORA	34
ANEXO IV – DECLARAÇÃO DO DIRETOR	35
ANEXO V – DECLARAÇÃO DO DISTRIBUIDOR LÍDER	36
ANEXO VI – RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO DO FUNDO	37
ANEXO VII – RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO DO TREND BANK	38
ANEXO VIII – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO TREND BANK	39

GLOSSÁRIO

1ª Série: a 1ª série de quotas seniores;

ADMINISTRADORA: a CRUZEIRO DO SUL S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 24º andar, parte, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.382.908/0001-64;

Agência de Classificação de Risco: a Austin Rating Serviços Financeiros Ltda., sediada na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 110, conj. 73, São Paulo – SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.803.488/0001-09;

AGENTES COBRADORES: as instituições financeiras sediadas no país, devidamente autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), selecionadas pelo **TREND BANK**;

BACEN: o Banco Central do Brasil;

BOVESPA: Bolsa de Valores de São Paulo, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua XV de Novembro, nº 275 e inscrita no CNPJ sob nº 02.584.094/0001-19;

CBL: Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua XV de Novembro, nº 275 e inscrita no CNPJ sob nº 60.777.661/0001-50;

CCF: o Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos do Banco Central do Brasil;

CDI: Certificado de Depósito Interbancário de 01 (um) dia - “over extragrupo”, expresso na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculado e divulgado pela Câmara de Liquidação e Custódia – CETIP;

Cedentes: as pessoas jurídicas prévia e devidamente cadastradas perante o **TREND BANK**;

CETIP: Câmara de Custódia e Liquidação, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile nº 230, 10º e 11º andares e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.719.664/0001-24;

Condições de Cessão: as condições de cessão de direitos creditórios ao **FUNDO**;

Contrato de Cessão: o Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças celebrado entre o **FUNDO** e os Cedentes;

Contrato de Consultoria Especializada, de Cobrança e de Depósito: o contrato de prestação de serviços de consultoria especializada, de cobrança de Direitos Creditórios Inadimplidos e de depósito dos Documentos Representativos de Crédito celebrado entre o **FUNDO**, o **TREND BANK** e o **CUSTODIANTE**;

Contrato de Custódia: o contrato de prestação de serviços de custódia qualificada e controladoria celebrado entre a **ADMINISTRADORA** e o **CUSTODIANTE**;

COSIF: Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional;

CPMF: Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira;

Critérios de Elegibilidade: os critérios de elegibilidade dos direitos creditórios cedidos ao **FUNDO**;

CUSTODIANTE: o DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO, com sede na Avenida Alexandre Dumas, 2200, 1º andar, São Paulo – SP, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11, responsável pelas atividades descritas no artigo 6º;

CVM: a Comissão de Valores Mobiliários;

Default: os riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da **ADMINISTRADORA**, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, entre outros;

Direitos Creditórios: os direitos creditórios que atendam cumulativamente às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade e que sejam cedidos ao **FUNDO** nos termos do Contrato de Cessão;

Direitos Creditórios Inadimplidos: Os Direitos Creditórios cedidos ao **FUNDO** que não forem devidamente pagos na data de seus respectivos vencimentos;

Documentos Representativos do Crédito: os contratos de compra e venda e/ou de prestação de serviços a prazo, contratos de cessão de créditos e de direitos, cédulas de crédito bancário, notas promissórias, cheques, notas fiscais e/ou duplicatas mercantis referentes às transações de venda de produtos ou prestação de serviços;

Eventos de Avaliação: as situações descritas no Capítulo XIV do Regulamento;

Eventos de Liquidação: as situações descritas no Capítulo XV do Regulamento;

FUNDO: o FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS TREND BANK BANCO DE FOMENTO – MULTISSETORIAL, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 24º andar, parte, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.927.488/0001-09;

GESTORA: a BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA., sociedade autorizada pela CVM a prestar o serviço de administração de carteira de valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 7.509, de 24 de novembro de 2003, com sede na Rua Funchal, nº 418, 8º andar, São Paulo – SP, CEP 04551-060, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.917.347/0001-17;

Instrução 356: a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e suas alterações posteriores;

Quotistas: os investidores que venham adquirir quotas de emissão do **FUNDO**;

Razão de Garantia: é a relação de 80% (oitenta por cento) entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO**, nos termos do artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM 356;

Reserva de Resgate: a reserva constituída para o pagamento dos resgates das quotas seniores da 1ª Série;

Sacados: os devedores dos Direitos Creditórios;

SERASA: a SERASA S.A.;

SPC: o Serviço de Proteção ao Crédito; e

TREND BANK: o TREND BANK S.A. BANCO DE FOMENTO, instituição com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1993, 3º andar, conj. 38, São Paulo - SP, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 48.880.116/0001-99, responsável pelas atividades descritas no parágrafo 2º do artigo 6º, artigo 7º, artigo 16, parágrafo 2º do artigo 19, artigos 26 e 28 do Regulamento.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO

EMISSION DAS QUOTAS:	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Trendbank Banco de Fomento - Multisetorial
TIPO DE FUNDO:	<p>O FUNDO é constituído sob a forma de condomínio fechado.</p> <p>Para os fins do “Código de Auto-Regulação da ANBID para os Fundos de Investimentos”, o FUNDO é caracterizado como fundo de investimento em direitos creditórios.</p>
OBJETIVO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO:	Proporcionar aos Quotistas a valorização de suas quotas, através da aplicação preponderante dos recursos do FUNDO na aquisição de direitos creditórios performados oriundos de operações realizadas pelos Cedentes nos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e no Regulamento.
BENCHMARK DAS QUOTAS SENIORES:	<p>110% (cento e dez por cento) da taxa do CDI. Não existe qualquer promessa do FUNDO, da GESTORA, do CUSTODIANTE, do TREND BANK ou da ADMINISTRADORA acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do FUNDO.</p> <p>As quotas subordinadas não possuirão padrão de rentabilidade definido.</p>
PRAZO DE DURAÇÃO:	O FUNDO tem prazo indeterminado.
PRAZO DE DURAÇÃO DA 1ª SÉRIE:	60 (sessenta) meses, contados da data da primeira integralização de quotas seniores.
EXERCÍCIO SOCIAL:	O exercício social do FUNDO tem duração de 01 (um) ano, com início em 1º de janeiro de cada ano.
CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS QUOTAS SENIORES:	A 1ª Série do FUNDO obteve da Agência Classificadora de Risco a classificação de risco AA. A ADMINISTRADORA deverá providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco das quotas seniores do FUNDO pela Agência Classificadora de Risco.
QUANTIDADE INICIAL DE QUOTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE A SEREM DISTRIBUÍDAS PUBLICAMENTE:	10.000
VALOR INICIAL UNITÁRIO DAS QUOTAS:	R\$10.000,00
PATRIMÔNIO ESTIMADO:	R\$125.000.000,00
CLASSES DE QUOTAS:	As quotas do FUNDO serão de classe sênior ou subordinada, não havendo divisão em subclasses para ambos os casos. Todas as quotas serão escriturais e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Maiores informações podem ser obtidas na seção “Direitos e Obrigações Associados às Quotas e do Patrimônio do Fundo”.
RAZÃO DE GARANTIA:	80% (oitenta por cento), isto quer dizer que o FUNDO deverá manter no máximo 80% (oitenta por cento) de seu patrimônio representado por quotas seniores e no mínimo 20% (vinte por cento) representado por quotas subordinadas.
PÚBLICO ALVO:	<p>Exclusivamente investidores qualificados, pessoas físicas ou jurídicas, assim definidos pelas normas expedidas pela CVM em vigor, não havendo critérios diferenciadores aplicáveis aos quotistas. Podem participar do FUNDO, ainda, fundos de investimento de acordo com as disposições da Instrução CVM nº 409.</p> <p>Investidores não residentes poderão adquirir quotas do FUNDO, desde que devidamente registrados perante a CVM, nos termos da Resolução</p>

nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000 do Conselho Monetário Nacional e desde que se enquadrem como investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM.

VALOR MÍNIMO DE APLICAÇÃO: O valor mínimo de subscrição de quotas seniores é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

POLÍTICA DE INVESTIMENTO: O **FUNDO** aplicará parcela preponderante de seu patrimônio em Direitos Creditórios que atendam, cumulativamente, às Condições e Critérios de Elegibilidade previstos no Regulamento. Para maiores informações, vide a seção “Política de Investimento”.

NEGOCIAÇÃO EM MERCADO SECUNDÁRIO: A 1ª Série de quotas seniores do **FUNDO** terá registro para negociação no mercado secundário na CETIP, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de quotas somente seja feita por investidores qualificados. Vide seção “Regras de Movimentação: Emissão, Subscrição, Integralização, Resgate e Amortização de Quotas”.

RESGATE DAS QUOTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE: A 1ª Série não terá cronograma de amortizações. O resgate das quotas seniores ocorrerá no 60º (sexagésimo) mês, contados da data do início da distribuição pública das quotas seniores. Vide seção “Características da 1ª Série”

INÍCIO DO FUNDO: [•] de [•] de 2007

CONTA PARA APLICAÇÃO Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão - nº 487, Agência 001, C/C 100060-5

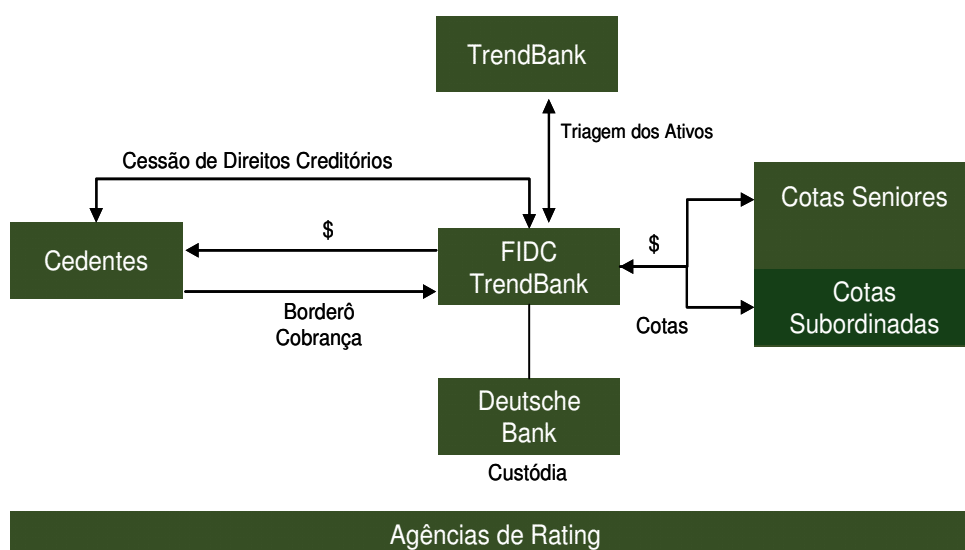
CÓDIGO ANBID: [•]

BASE LEGAL: Resolução CMN nº 2.907, de 29.11.2001 e Instrução CVM 356

ORIGEM E FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Os Direitos Creditórios cedidos ao **FUNDO** são oriundos de operações realizadas pelos Cedentes nos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e no Regulamento.

A origem dos Direitos Creditórios e a formalização de sua cessão ao **FUNDO** observam o seguinte fluxograma:



PRESTADORES DE SERVIÇOS

OPERADOR E FOMENTADOR COMERCIAL DE ORIGINAÇÃO	Trendbank S.A. Banco de Fomento Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1993, 3º andar, conj. 38, São Paulo – SP CNPJ: 48.880.116/0001-99 Telefone : (11) 3039-5900
ADMINISTRADORA E DISTRIBUIDORA	Cruzeiro do Sul S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Av. Presidente Wilson, nº 231, 24º andar Rio de Janeiro – RJ CNPJ/MF sob o nº 62.382.908/0001-64 Telefone: (21) 3861-4134
GESTORA	BCSUL Verax Serviços Financeiros Ltda. Rua Funchal, nº 418, 8º andar São Paulo – SP CNPJ sob o nº 05.917.347/0001-17 Telefone: (11) 3848-2717
CUSTÓDIA E LIQUIDAÇÃO DE ATIVOS:	Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão Avenida Alexandre Dumas, 2200, 1º andar São Paulo - SP CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11; Telefone: (11) 5189-5000
ASSESSORIA JURÍDICA	Freitas e Leite Advogados Rua Pequetita, n.º 145, 3º Andar São Paulo - SP CNPJ: 61.197.240/0001-12 Telefone: (11) 3046-3250
AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO:	Austin Rating Serviços Financeiros Ltda. Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 110, conj. 73 04542-000 - São Paulo – SP CNPJ: 05.803.488/0001-09 Telefone : (11) 3377-0707
AUDITORIA:	KPMG Auditores Independentes Rua Renato Paes de Barros, 33 São Paulo – SP CNPJ: 57.755.217/0001-29 Telefone: (11) 3067-3000

CARACTERÍSTICAS DA 1ª SÉRIE

A 1ª Série terá prazo de 60 meses, contados da data da primeira integralização de quotas seniores.

A 1ª Série, representativa do Patrimônio Inicial do **FUNDO**, possui um *benchmark* de rentabilidade, no médio e longo prazo, de 110% (cento e dez por cento) da taxa dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (“CDI”) de 01 (um) dia - “over extragrupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP.

As quotas subordinadas não terão *benchmark* de rentabilidade definido.

Não obstante o acima disposto, não existe qualquer promessa do **FUNDO**, da **GESTORA**, do **TREND BANK**, da **ADMINISTRADORA** ou do **CUSTODIANTE** acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do **FUNDO**.

Em relação às Quotas representativas do Patrimônio Inicial do **FUNDO**, deve ser observado que:

Serão distribuídas publicamente até 10.000 (dez mil) quotas seniores, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). O valor mínimo de subscrição no período de distribuição das quotas seniores da 1ª Série é de R\$ R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Eventual saldo não colocado de quotas seniores da 1ª Série poderá ser cancelado antes do respectivo prazo de colocação (de 180 dias contados da data de publicação do anúncio de início de distribuição) ou a **ADMINISTRADORA** solicitará prorrogação do referido prazo à CVM, nos termos do disposto na legislação.

A critério da **ADMINISTRADORA**, seguindo orientações da **GESTORA**, atingido o patamar mínimo de distribuição de quotas seniores 1ª Série correspondente a 30% (trinta por cento) das quotas seniores da 1ª Série emitidas poderá se dar por encerrado o período de distribuição de quotas do **FUNDO**.

As quotas seniores representativas da 1ª Série do **FUNDO** deverão ser subscritas dentro dos prazos estabelecidos no anúncio de início de distribuição e no boletim de subscrição, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de publicação do anúncio de início de distribuição.

Na subscrição de quotas do **FUNDO** deve ser utilizado o valor de abertura da quota em vigor de mesma classe do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à **ADMINISTRADORA**, em sua sede ou dependências, conforme definido no Boletim de Subscrição.

Na subscrição de quotas do **FUNDO** que ocorrer em data diferente da Data de Integralização definida no Boletim de Subscrição, será utilizado o valor de abertura da quota de mesma classe do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à **ADMINISTRADORA**, em sua sede ou dependências.

As quotas seniores da 1ª Série, bem como as quotas subordinadas terão Valor Unitário de Emissão idêntico na primeira Data de Emissão das Quotas da referida Série.

O preço de subscrição das quotas seniores da 1ª Série poderá contemplar ágio ou deságio sobre o valor previsto para amortização, desde que uniformemente aplicado para todos os subscritores e apurado através de procedimento de descoberta de preço em mercado organizado.

Não há limite máximo de subscrição por investidor.

A distribuição da 1ª Série do **FUNDO** será liderada pela **ADMINISTRADORA**, em regime de melhores esforços, que poderá contratar terceiros devidamente habilitados para prestar tais serviços sempre em conformidade com o disposto neste Prospecto.

Não haverá amortização de quotas seniores. O resgate de quotas seniores da 1ª série corresponderá à data de encerramento da referida série.

O resgate das quotas seniores ocorrerá no dia 15 (quinze) referente ao 60º (sexagésimo) mês contado da data da primeira integralização de quotas seniores, ou no primeiro dia útil subsequente.

O **CUSTODIANTE** constituirá Reserva de Resgate, destinando os recursos recebidos das liquidações dos Direitos Creditórios da carteira para os ativos relacionados no artigo 20 do Regulamento de modo que 60 (sessenta) dias antes do resgate da 1ª Série de quotas seniores, devem estar alocados na Reserva de Resgate ativos em valor equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado do resgate das quotas seniores.

Desde que observada a Razão de Garantia indicada no artigo 50 do Regulamento, as quotas subordinadas poderão ser amortizadas a critério da **ADMINISTRADORA**, todas as vezes em que for atingido índice de subordinação igual ou superior a 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido do **FUNDO**. O quotista subordinado deverá solicitar, por escrito e com antecedência prévia de, no mínimo, 30 (trinta) dias corridos, a amortização de suas quotas.

O pagamento da amortização das quotas subordinadas ocorrerá no dia 15 subsequente ao decurso do prazo previsto acima, ou no primeiro dia útil subsequente.

As quotas subordinadas somente poderão ser resgatadas após o resgate da totalidade das quotas seniores.

Para efeitos de subscrição, integralização, amortização e resgate das quotas do **FUNDO**, entende-se por dia útil segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro.

PERFIL DO INVESTIDOR

O **FUNDO** destina-se exclusivamente a investidores qualificados, pessoas físicas ou jurídicas, assim definidos pelas normas expedidas pela CVM em vigor, não havendo critérios diferenciadores aplicáveis aos quotistas. Podem participar do **FUNDO**, ainda, fundos de investimento de acordo com as disposições da Instrução CVM nº 409.

Investidores não residentes poderão adquirir quotas do **FUNDO**, desde que devidamente registrados perante a CVM, nos termos da Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000 do Conselho Monetário Nacional e desde que se enquadrem como investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Visando atingir o objetivo proposto, o **FUNDO** alocará seus recursos preponderantemente na aquisição de Direitos Creditórios, de ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente e no Regulamento.

Após 90 (noventa) dias do início das atividades, o **FUNDO** deverá alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) de seus recursos na aquisição de Direitos Creditórios.

A parcela do patrimônio líquido do **FUNDO** que não estiver alocada em Direitos Creditórios poderá ser aplicada, isolada ou cumulativamente, em:

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- b) títulos de emissão do Banco Central do Brasil; e
- c) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional.

O **FUNDO** não alocará recursos na aquisição de títulos de emissão privada.

O **FUNDO** poderá alocar até 49% (quarenta e nove por cento) de seu patrimônio líquido em operações em mercados de derivativos, exclusivamente com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas.

Para o efeito do acima disposto, as operações com derivativos podem ser realizadas nos mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, apenas na modalidade com garantia. Adicionalmente, devem ser considerados, para efeito de cálculo de Patrimônio Líquido do **FUNDO**, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

É vedado ao **FUNDO** realizar operações de “day trade”, assim consideradas aquelas operações iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o **FUNDO** possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

O **FUNDO** poderá, ainda, alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações compromissadas, desde que tais operações tenham como lastro os ativos previstos no artigo 20 do Regulamento do **FUNDO**.

Todos os resultados auferidos pelo **FUNDO** serão incorporados ao seu patrimônio.

CONDIÇÕES DE CESSÃO

Para que possam ser adquiridos para a carteira do **FUNDO**, os Direitos Creditórios devem atender às Condições de Cessão e Critérios de Elegibilidade definidas no Regulamento.

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO** devem atender cumulativamente às seguintes Condições de Cessão que serão validadas pela **ADMINISTRADORA**:

I - decorram de operações realizadas pelos Cedentes nos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços;

II – decorram de Cedentes previamente cadastrados pelo **TREND BANK**;

III - os devedores dos direitos creditórios ofertados ao **FUNDO** não deverão estar em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, insolvência ou procedimento similar, conforme verificação a ser realizada pelo **TREND BANK**;

IV – devem ser previamente avaliados e aprovados pelo **TREND BANK**; e

V - devem estar amparados pelos respectivos Documentos Representativos de Crédito.

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO** devem, ainda, obedecer, cumulativamente, os seguintes Critérios de Elegibilidade que serão validados pelo **CUSTODIANTE**:

I - os direitos de crédito ofertados ao **FUNDO** não poderão ser oriundos de Sacados devedores de Direitos Creditórios Inadimplentes para com o **FUNDO** por prazo superior a 30 (trinta) dias;

II - o total de direitos creditórios devidos por um mesmo Sacado não poderá exceder o percentual de 3% (três por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**;

III - os Direitos Creditórios deverão possuir prazo mínimo de 15 (quinze) dias, e máximo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias;

IV - adicionalmente, será admitida a elevação do percentual citado no item II supra para 35% (trinta e cinco por cento), desde que o Sacado atenda às seguintes exigências:

- (a) possua registro de companhia aberta; e

- (b) possua classificação de risco, em escala nacional, igual ou superior a AA- (duplo A menos), ou equivalente, com qualquer agência classificadora de risco atuante no país.

V - o total de Direitos Creditórios cedidos ao **FUNDO** por um mesmo Cedente não poderá representar, após decorrido o prazo previsto no artigo 14 do Regulamento, percentual superior a 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do **FUNDO**;

VI – adicionalmente ao inciso V supra, a concentração em Direitos Creditórios oriundos dos 5 (cinco) maiores Cedentes do **FUNDO** deverá ser igual ou inferior a 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido deste.

Sem prejuízo do disposto acima, quando os Direitos Creditórios constituírem-se sob a forma de cédulas de crédito bancário (“CCBs”):

(a) para as CCBs cujo prazo de liquidação seja superior a 90 (noventa) dias e o valor de face seja igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), deverão possuir classificação de risco, em escala nacional, igual ou superior a “A” (A simples), ou equivalente, com qualquer agência classificadora de risco atuante no país; e

(b) para as CCBs cujo prazo de liquidação seja superior a 90 (noventa) dias e o valor de face seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), deverão possuir classificação de risco, em escala nacional, igual ou superior a “AA-” (duplo A menos), ou equivalente, com qualquer agência classificadora de risco atuante no país.

As aquisições de Direitos Creditórios que ultrapassem o limite previsto no item V supra serão tratadas como exceção, e deverão ser previamente analisadas pela Agência Classificadora de Risco do **FUNDO** para a sua efetiva realização.

Será responsabilidade da **GESTORA** obter periodicamente junto à Agência de Classificação de Risco os relatórios de classificação de risco citados acima, e encaminhar estes relatórios de classificação de risco e toda e qualquer documentação referente a este cadastro ao **CUSTODIANTE**, de forma que este proceda a eventuais alterações em seus controles de validação dos direitos creditórios quanto aos Critérios de Elegibilidade.

Na hipótese do Direito Creditório perder qualquer condição de elegibilidade após sua aquisição pelo **FUNDO**, não haverá direito de regresso contra a **ADMINISTRADORA**, a **GESTORA**, ou o **CUSTODIANTE**, à **TREND BANK** e ao **CUSTODIANTE** salvo na existência de comprovada má-fé, culpa ou dolo.

Os Cedentes serão responsáveis pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e correta formalização dos Direitos Creditórios que comporão a Carteira do **FUNDO**, nos termos do artigo 295 do Código Civil Brasileiro, não havendo por parte do **CUSTODIANTE**, da **GESTORA**, do **TREND BANK** e da **ADMINISTRADORA** qualquer responsabilidade a esse respeito.

A cessão dos Direitos Creditórios será irrevogável e irretroatável, com a transferência, para o **FUNDO**, em caráter definitivo, sem direito de regresso, da plena titularidade dos Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

O **FUNDO** poderá ceder, alienar ou permutar os Direitos Creditórios Inadimplidos. No caso de cessão, alienação ou permuta dos Direitos Creditórios Inadimplidos, a cobrança e coleta dos pagamentos dos direitos de crédito serão realizadas pelo novo titular dos mesmos, deixando, portanto, o **TREND BANK**, salvo manifestação expressa em contrário, de ser o responsável pela cobrança e coleta dos pagamentos dos direitos de crédito.

POLÍTICA DE CONCESSÃO E COBRANÇA DE CRÉDITOS

A política de concessão de crédito é desenvolvida pelo **TREND BANK** e pode ser sintetizada como sendo:

I - Os Cedentes deverão ser previamente cadastrados pelo **TREND BANK** para que possam ofertar Direitos Creditórios ao **FUNDO**. Para que tenha seu cadastro aprovado, cada Cedente deverá entregar ao **TREND BANK** os documentos e informações necessários ao seu cadastramento, quais sejam, informações cadastrais mínimas indicadas no Anexo II do Regulamento, acompanhadas de cartão de assinaturas e da via original ou de cópia autenticada dos seguintes documentos: Contrato Social ou Estatuto Social, informação sobre o inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, o qual será conferido conforme certidão expedida no *website* da Receita Federal do Brasil, balanço do último exercício social e indicação das pessoas capazes de representar o Cedente em operações de cessão de direitos, acompanhada dos documentos que comprovem tais poderes. O Cedente cadastrado deverá manter sempre atualizada referida documentação probatória de poderes dos seus representantes. A critério do **TREND BANK**, outros documentos poderão ser solicitados ao Cedente para a aprovação de seu cadastro;

II – Após o cadastramento dos Cedentes de acordo com os requisitos estabelecidos no inciso I, acima, o **TREND BANK** efetuará uma análise de cada Cedente para a concessão de um limite operacional; e

III – Após a análise dos Cedentes, o **TREND BANK** efetua a análise de cada operação de cessão de Direitos Creditórios de acordo com a seguinte metodologia:

- a) análise do grau de concentração por Cedente para verificar a possibilidade do mesmo realizar a cessão;
- b) verificação da posição de Direitos Creditórios vencidos;
- c) análise do grau de concentração por Sacado em relação ao Patrimônio Líquido do **FUNDO**;
- d) verificação da concentração por Sacado junto ao Cedente;
- e) verificação do histórico de pagamentos do Sacado junto ao Cedente e ao **FUNDO**; e
- f) verificar se o perfil do Sacado é compatível com os valores dos Direitos Creditórios contra ele.

A cobrança bancária e coleta dos pagamentos dos direitos creditórios são realizados pelos **AGENTES COBRADORES**.

Os créditos inadimplidos serão objeto de cobrança pelo **TREND BANK**, que observará os seguintes procedimentos:

I – através de ligação telefônica, informar ao Sacado, no 5º (quinto) dia de atraso, que o direito de crédito está vencido e não pago;

II - novo telefonema ao Sacado no 15º (décimo quinto) dia de atraso; e

III - Na hipótese dos procedimentos delineados nos incisos I e II acima não serem suficientes para provocar a quitação do Direito Creditório Inadimplido em até 30 (trinta) dias de seu vencimento, encaminhamento do mesmo à área jurídica do **TREND BANK** para que sejam tomadas as providências judiciais cabíveis.

Os Direitos Creditórios vencidos e não pagos poderão ser alienados pelo **FUNDO** a terceiros, exceto à **ADMINISTRADORA** e à **GESTORA**. Nas hipóteses de se verificar qualquer evento de Liquidação Antecipada do **FUNDO** tais operações dependerão de aprovação prévia em Assembleia Geral de Quotistas e deverá ser observado o limite de subordinação prevista no artigo 50 do Regulamento.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

Entender-se-á por patrimônio líquido do **FUNDO** a soma do disponível mais o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades.

Para efeito da determinação do valor da carteira, devem ser observadas as normas e os procedimentos previstos na legislação em vigor.

As quotas do **FUNDO** serão valorizadas todo dia útil.

Os ativos integrantes da carteira do **FUNDO** serão avaliados todo dia útil, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, amparados por informações externas e internas que levem em consideração aspectos relacionados ao devedor, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, conforme a seguinte metodologia de apuração do valor dos direitos creditórios e dos demais ativos financeiros integrantes da carteira:

I - Os Direitos Creditórios adquiridos com a intenção de serem mantidos até o respectivo vencimento deverão ser classificados como “títulos mantidos até o vencimento” ou marcados pela curva por não terem mercado para negociação. Os demais ativos deverão ser classificados na categoria “títulos para negociação”;

II – Os ativos que têm valor de mercado, serão marcados a mercado, nos termos da legislação em vigor, observado que:

a) a verificação do valor de mercado dos ativos do **FUNDO** terá como referência os preços praticados em operações realizadas com ativos e mercados semelhantes aos dos ativos do **FUNDO**, levando em consideração volume, coobrigação e prazo; e

b) na precificação dos ativos deverá ser computada a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

III - Os ativos do **FUNDO** classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” serão avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

O descumprimento de qualquer obrigação originária dos direitos creditórios pelos sacados e demais ativos componentes da carteira do **FUNDO** será atribuído às quotas subordinadas até o limite equivalente à somatória do valor total destas. Uma vez excedido a somatória de que trata este parágrafo, a inadimplência dos direitos creditórios de titularidade do **FUNDO** será atribuída às quotas seniores.

Por outro lado, na hipótese do **FUNDO** atingir o *benchmark* da 1ª série de quotas seniores, toda a rentabilidade a ele excedente será atribuída somente às quotas subordinadas, razão pela qual estas quotas poderão apresentar valores diferentes das quotas seniores.

Na medida em que se verificar a impontualidade de pagamentos dos direitos creditórios pelos Sacados, serão adotadas as disposições Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 expedida pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN") para a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

FATORES DE RISCO

Não obstante a diligência da **GESTORA** em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do **FUNDO** estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que a **ADMINISTRADORA** mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o **FUNDO** e para o quotista.

Os recursos que constam na carteira do **FUNDO** estão sujeitos aos seguintes fatores de riscos:

- (i) **Risco de Crédito:** consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos ativos ou pelas contrapartes das operações do **FUNDO**, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas;
- (ii) **Risco de Liquidez:** consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes do **FUNDO** nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, a **ADMINISTRADORA** poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o **FUNDO**, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos e às posições assumidas em mercados de derivativos, se for o caso, que podem, inclusive, obrigar a **ADMINISTRADORA** a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de resgates e/ou amortizações aos quotistas do **FUNDO**, nos valores solicitados e nos prazos contratados.
- (iii) **Risco de Derivativos:** consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do **FUNDO**, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos quotistas. Mesmo para o **FUNDO**, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um "hedge" perfeito ou suficiente para evitar perdas ao **FUNDO**.
- (iv) **Risco de Mercado:** consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do **FUNDO**, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das quotas e perdas aos quotistas.
- (v) **Risco de Concentração:** A **GESTORA** buscará diversificar a carteira do **FUNDO**. No entanto, a política de investimento do **FUNDO** admite a aquisição e/ou manutenção na carteira do **FUNDO** direitos creditórios de apenas um nos primeiros 90 (noventa) dias iniciais de funcionamento do **FUNDO**. O risco associado às aplicações do **FUNDO** é diretamente proporcional à concentração das aplicações.
- (vi) **Risco de Descasamento:** Os direitos creditórios componentes da carteira do **FUNDO** são contratados a taxas pré-fixadas. A incorporação dos resultados auferidos pelo **FUNDO** para as quotas tem como parâmetro a taxa média do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). Por esta razão, a **ADMINISTRADORA**, sempre que possível, contratará operações de *swap* de taxas pré-fixadas por CDI - over. No entanto, há a possibilidade de a **ADMINISTRADORA** não conseguir contratar tais operações de *swap* ou, ainda, de a outra parte não cumprir o contratado. Nestes casos, se, de maneira excepcional, a taxa de remuneração do CDI se elevar substancialmente, os recursos do **FUNDO** poderão se tornar insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as quotas, inclusive seniores.
- (vii) **Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos:** O **FUNDO** também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da **GESTORA** e da **ADMINISTRADORA** tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a carteira do **FUNDO** e (b) inadimplência dos emissores dos ativos e/ou Sacados. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os quotistas e atrasos nos pagamentos dos regastes.
- (viii) **Risco da Cobrança Judicial e Extrajudicial:** Em se verificando a inadimplência nas obrigações dos pagamentos dos créditos cedidos ao **FUNDO**, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Não há, contudo, garantia de que, em qualquer uma dessas hipóteses, as referidas cobranças atingirão os resultados almejados, nem de que o **FUNDO** recuperará a totalidade dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao **FUNDO**.

- (ix) **Risco de irregularidades na documentação comprobatória dos Direitos Creditórios:** O **CUSTODIANTE** realizará a verificação da regularidade dos Documentos Representativos de Crédito conforme legislação em vigor e por amostragem nos termos do artigo 6º do Regulamento. Considerando que tal auditoria é realizada tão somente após a cessão dos direitos de crédito ao **FUNDO**, a carteira do **FUNDO** poderá conter direitos creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo **FUNDO** das prerrogativas decorrentes da titularidade dos direitos de crédito. O **TREND BANK** realizará a guarda dos Documentos Representativos de Crédito. Neste caso o **TREND BANK** tem a obrigação de permitir ao **CUSTODIANTE** e à **ADMINISTRADORA** ou terceiros por eles indicados livre acesso à referida documentação. Todavia, a guarda de tais documentos por terceiro contratado pode representar dificuldade adicional à verificação da devida formalização dos direitos de crédito cedidos ao **FUNDO**.
- (x) **Riscos do Mercado Secundário:** O **FUNDO** é constituído sob a forma de condomínio fechado, assim, o resgate das quotas seniores só poderá ser feito ao término do prazo de duração de cada série, razão pela qual se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o investidor resolve desfazer-se de suas quotas, ele terá que aliená-las no mercado secundário de quotas de fundos de investimento, mercado esse que, no Brasil, não apresenta alta liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas quotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao investidor.
- (xi) **Risco decorrente da multiplicidade de Cedentes:** O **FUNDO** está apto a adquirir direitos de crédito de titularidade de múltiplos Cedentes. Tais Cedentes não são previamente conhecidos pelo **FUNDO**, pela **GESTORA**, pela **ADMINISTRADORA** e pelo **CUSTODIANTE**, de forma que eventuais problemas de natureza comercial entre os Cedentes e os respectivos devedores dos direitos creditórios podem não ser previamente identificados pelas instituições acima mencionadas. Caso os Direitos Creditórios não sejam pagos integralmente pelos respectivos devedores em decorrência de qualquer problema de natureza comercial entre o devedor e o respectivo Cedente, tais como (i) defeito ou vício do produto ou serviço, (ii) devolução do produto que resulte no cancelamento da respectiva venda, e (iii) decretação de recuperação judicial, extrajudicial ou falência dos Sacados e os respectivos Cedentes não restituam ao **FUNDO** o montante em moeda corrente nacional correspondente ao valor dos referidos Direitos Creditórios, os resultados do **FUNDO** poderão ser afetados negativamente.
- (xii) **Risco proveniente da falta de registro dos contratos de cessão:** Por se tratar de um **FUNDO** que poderá adquirir direitos creditórios de uma multiplicidade de Cedentes domiciliados em diversas localidades no território brasileiro, o **FUNDO** adota como política não registrar os contratos de cessão e seus anexos em cartório de registro de títulos e documentos em função da complexidade operacional e dos custos do registro. Assim sendo, a não realização do referido registro, ou a não utilização de instrumento público para a formalização dos contratos de cessão e anexos poderá representar risco ao **FUNDO** em relação a créditos reclamados por terceiros que tenham sido ofertados ou cedidos pelos Cedentes a mais de um cessionário. O **FUNDO** não poderá reclamar direitos creditórios cedidos a terceiros ou valores em relação a direitos creditórios elegíveis pagos por Sacados a terceiros de boa fé adquirentes dos mesmos direitos creditórios cedidos ao **FUNDO**. O **FUNDO** poderá sofrer perdas, não podendo a **ADMINISTRADORA**, a **GESTORA**, o **CUSTODIANTE** ou o **TREND BANK** serem de qualquer forma responsabilizados por tais perdas.
- (xiii) **Risco de Descontinuidade:** A existência do **FUNDO** no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos Creditórios nos termos dos contratos de cessão. Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação antecipada do **FUNDO** em situações pré-determinadas. Se uma dessas situações se verificar, os quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos que detinham aplicados no **FUNDO** com a mesma remuneração proporcionada pelo **FUNDO**, não sendo devida, entretanto, pelo **FUNDO**, pela **ADMINISTRADORA** ou pelo **CUSTODIANTE**, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência deste fato.
- (xiv) **Risco de Resgate das Quotas do FUNDO em Direitos Creditórios:** Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação do **FUNDO** em situações predeterminadas. Se uma dessas situações se verificar, há previsão no Regulamento de que as quotas seniores poderão ser resgatadas em direitos creditórios. Nessa hipótese, os quotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos Creditórios recebidos do **FUNDO** ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos Sacados.
- (xv) **Risco de Atraso no Pagamento do Resgate:** Poderá haver atraso no pagamento do resgate, uma vez que os Direitos Creditórios são classificados no ativo do **FUNDO** como títulos mantidos até o vencimento e os mesmos podem ainda não ter vencido produzindo uma temporária falta de liquidez.
- (xvi) **Riscos de Exeqüibilidade das Cédulas de Crédito Bancário:** A cédula de crédito bancário é um título de crédito que foi criado pela Lei Federal nº 10.931 de 02 de agosto de 2004. De acordo com esta lei, a cédula de crédito bancário caracteriza-se por ser um título executivo extrajudicial. Assim sendo, pelo fato da cédula de crédito bancário constituir-se em um título executivo, a execução das obrigações nela estipuladas em caso de inadimplemento dos Devedores é mais célere. Entretanto, em virtude de questionamentos judiciais, a 23ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo tem decidido que a cédula de crédito bancário não possui força executiva, uma vez que a lei que a criou não obedeceu aos requisitos e preceitos de forma estabelecidos na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Assim, por infringir norma de hierarquia superior, as disposições estabelecidas na Lei 10.931/04 não seriam válidas. Neste caso, a cédula de crédito bancário não poderia ser considerada como título executivo extrajudicial e, portanto, sua exeqüibilidade estaria

comprometida. Tendo em vista que o **FUNDO**, de acordo com sua política de investimento, pode adquirir direitos creditórios representados por cédulas de crédito bancário, há o risco da exeqüibilidade das mesmas ser judicialmente contestada segundo o entendimento da 23ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, dificultando desta forma a cobrança e o recebimento dos valores decorrentes de Direitos Creditórios Inadimplidos representados por cédulas de crédito bancário.

- (xvii) **Demais Riscos:** O **FUNDO** também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da **ADMINISTRADORA**, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos ("default"), mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos.

As aplicações realizadas no **FUNDO** não contam com garantia da **ADMINISTRADORA**, da **GESTORA**, do **CUSTODIANTE**, do **TREND BANK** ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Pela aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis identificados no Termo de Cessão anexo ao Contrato de Cessão, o **FUNDO** pagará à vista aos Cedentes, em moeda corrente nacional, na Data de Aquisição, o valor certo e ajustado, apurado da seguinte forma:

$$PADC = \left[\frac{VDC}{(1 + TC)^{\frac{N}{252}}} \right]$$

onde:

PADC	=	Preço de Aquisição de cada Direito Creditório.
VDC	=	Valor nominal de cada Direito Creditório.
TC	=	Taxa de Cessão, expressa na forma decimal ao ano.
N	=	Número de dias úteis entre a data de vencimento do Direito Creditório e a Data de Aquisição, incluindo-se na contagem o 1º dia e excluindo-se o último dia do respectivo período.

As negociações para a aquisição de Direitos Creditórios serão realizadas a taxas de mercado, observando que a Taxa de Cessão Mínima será calculada conforme a fórmula abaixo:

$$TCM = B + CP$$

Onde:

TMC = Taxa de Cessão Mínima (%^{aa})

B = Benchmark das cotas seniores (CDI %^{aa})

CP = Custos anuais (%^{aa}) em relação ao patrimônio, calculados pela **GESTORA**, englobando despesas com:

- Taxa de Administração;
- Cetip / Selic
- Taxa de Fiscalização CVM
- Auditoria
- Classificação de Risco (Rating)
- Publicações
- Quaisquer despesas regulares

A Taxa de Cessão Mínima deverá ser igual ou superior a 140% (cento e quarenta por cento) da taxa SELIC correspondente ao dia da cessão.

EMIÇÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE QUOTAS

As quotas do **FUNDO** serão de classe sênior ou subordinada, não havendo divisão em subclasses ou séries para as quotas subordinadas. Todas as quotas serão escriturais, terão números inteiros e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Esta conta de depósito caracteriza a qualidade de Quotista. Observado o abaixo disposto, as características, os direitos e obrigações das quotas seniores e subordinadas serão idênticos.

Apenas as quotas seniores da 1ª Série serão publicamente distribuídas, observadas as condições de subscrição e pagamento constantes do anúncio de início de distribuição da 1ª Série e do respectivo Suplemento, ao passo que as

quotas subordinadas serão subscritas pelo **TREND BANK** e/ou por seus quotistas/acionistas, nos termos dos Boletins de Subscrição e Integralização.

As quotas seniores da 1ª Série do **FUNDO** são avaliadas pela Agência Classificadora de Risco. Esta avaliação é feita periodicamente a cada trimestre.

Caso ocorra o rebaixamento do *rating* das quotas seniores da 1ª Série do **FUNDO**, serão adotados os seguintes procedimentos:

I – comunicação a cada quotista das razões do rebaixamento, através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** e será mantida disponível para os quotistas na sede da **ADMINISTRADORA** e nas instituições que coloquem quotas do **FUNDO**; e

II – envio a cada quotista de correspondência ou correio eletrônico contendo relatório da empresa de classificação de risco.

A integralização, a amortização e o resgate de quotas seniores e subordinadas do **FUNDO** podem ser efetuados somente em débito e crédito em conta corrente, por meio de documento de ordem de crédito, transferência eletrônica disponível ou por qualquer outro mecanismo admitido pelo BACEN. Nestas datas as quotas de mesma classe e série terão valor unitário idêntico entre si.

Para o cálculo do número de quotas a que tem direito o investidor quando da aplicação, não serão deduzidas do valor entregue à **ADMINISTRADORA** quaisquer taxas ou despesas previstas no Regulamento.

Será admitida a integralização de quotas subordinadas do **FUNDO**, com direitos creditórios que se enquadrem na política de investimento do **FUNDO**. Nesta hipótese, serão observados os critérios estabelecidos pela **ADMINISTRADORA**, bem como no anúncio de início de distribuição de quotas e no Boletim de Subscrição, ficando, desde já definido, que a integralização das quotas deverá ser realizada nos termos da legislação aplicável ao caso.

Durante a vigência da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, as aplicações em direitos creditórios devem observar o seguinte procedimento: a integralização de quotas deverá ser realizada por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, concomitantemente à venda, pelo cedente, de direitos creditórios em valor correspondente ao líquido integralizado, observadas as demais disposições legais aplicáveis.

Na subscrição de quotas do **FUNDO** deve ser utilizado o valor da quota de abertura do dia útil subsequente ao dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à **ADMINISTRADORA**, em sua sede ou dependências.

O preço de subscrição das quotas seniores poderá contemplar ágio ou deságio sobre o valor previsto para amortização, desde que uniformemente aplicado para todos os subscritores e apurado através de procedimento de descoberta de preço em mercado organizado.

Na subscrição de quotas representativas do patrimônio inicial do **FUNDO** que ocorrer em data diferente da data de integralização definida no Boletim de Subscrição, será utilizado o valor da quota de mesma classe do dia útil subsequente ao dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à **ADMINISTRADORA**, em sua sede ou dependências.

No ato da subscrição das quotas, o subscritor assinará boletim de subscrição, que será autenticado pela **ADMINISTRADORA**. Do boletim de subscrição constarão as seguintes informações: I - nome e qualificação do subscritor; II - classe de quotas subscritas; e III - preço e condições para sua integralização.

A critério da **ADMINISTRADORA**, novas quotas do **FUNDO**, de qualquer classe e independentemente de aprovação dos quotistas, poderão ser emitidas, desde que observados os procedimentos exigidos pela Instrução 356 e os limites estipulados no Regulamento. As novas quotas poderão ser divididas em séries com valores e prazos diferenciados para amortização, resgate e remuneração.

Na emissão de quotas mencionada acima, a **ADMINISTRADORA** deverá emitir tantas quotas subordinadas quantas sejam necessárias para que seja observada a relação entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO**, nos termos do *caput* do artigo 50 do Regulamento.

As quotas mencionadas acima deverão ser subscritas dentro dos prazos estabelecidos na deliberação de início de distribuição respectivo e no Boletim de Subscrição, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do protocolo na CVM dos documentos referidos no artigo 20, parágrafo 1º, da Instrução 356.

O saldo não colocado poderá ser cancelado antes do prazo mencionado no parágrafo supra ou a **ADMINISTRADORA** solicitará prorrogação deste prazo à CVM, nos termos do disposto na legislação. A **ADMINISTRADORA** utilizará, a seu exclusivo critério, a faculdade prevista no artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM nº 400, de 29.12.2003, e suas alterações posteriores.

Poderá ser realizada a distribuição concomitante de séries distintas de quotas, em quantidades e condições previamente estabelecidas neste Regulamento, no Prospecto e no Anúncio de Início de Distribuição de Quotas, nos termos do artigo 20, parágrafo 3º, da Instrução 356.

Não haverá direito de preferência para os quotistas da 1ª Série do **FUNDO**, ou para os quotistas de quaisquer das séries subseqüentes à 1ª Série, na aquisição de quotas de eventuais novas séries de quotas que possam vir a ser emitidas pelo **FUNDO**.

Enquanto existirem quotas seniores em circulação, o **FUNDO** obrigatoriamente deverá observar a Razão de Garantia tratada no artigo 50 do Regulamento.

O **FUNDO** deverá manter reserva de pagamento de quotas seniores. Para a Reserva de Resgate serão segregados e mantidos destacados na contabilidade do **FUNDO** outros ativos que não constituam Direitos Creditórios, incluindo recursos em moeda corrente nacional (os "Outros Ativos"), que serão destinados exclusivamente ao pagamento dos montantes referentes às amortizações e resgates de cada série de quotas seniores. A Reserva de Resgate poderá ter forma, critérios de constituição e valor mínimo próprios para cada série de quotas seniores.

As quotas subordinadas somente poderão ser amortizadas, total ou parcialmente, ou resgatadas, após a amortização total ou parcial, ou resgate de todas as quotas seniores, conforme disposto neste Regulamento.

As quotas subordinadas poderão, ainda, ser amortizadas e/ou resgatadas em direitos creditórios. Durante a vigência da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF, as amortizações e resgates em direitos creditórios devem observar o seguinte procedimento: a amortização e o resgate de quotas serão efetivados somente em débito e crédito em conta corrente, por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, simultaneamente à compra, pelo quotista, de direitos creditórios, em valor correspondente ao líquido amortizado ou resgatado, observadas as demais disposições legais aplicáveis.

Não haverá resgate de quota seniores, a não ser pelo término do prazo de duração da 1ª série do **FUNDO** ou pela liquidação do **FUNDO**.

No resgate será utilizado o valor da quota em vigor no dia do pagamento respectivo.

O **FUNDO** não efetuará resgates e aplicações em sábados, domingos, ou em dias não úteis.

Para fins do disposto acima entende-se por dia útil aquele definido no parágrafo 1º do artigo 11 do Regulamento.

As quotas seniores de quaisquer das Séries emitidas pelo **FUNDO** terão registro para negociação no mercado secundário na CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de quotas somente seja feita por investidores qualificados.

Na hipótese do **TREND BANK** e/ou seus quotistas/acionistas desejarem alienar as quotas subordinadas de sua titularidade em mercado secundário, deverão ser previamente registradas na CVM, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 e suas alterações posteriores e da Instrução 356.

As quotas seniores de quaisquer das Séries emitidas pelo **FUNDO** não poderão ser alienadas fora do âmbito de bolsas de valores e mercado de balcão organizado, excetuadas as hipóteses de transmissão decorrente de lei ou de decisão judicial.

RAZÃO DE GARANTIA

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução 356 e enquanto existirem quotas seniores em circulação, a relação entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO** será de, no máximo, 80% (oitenta por cento). Isto quer dizer que o **FUNDO** deverá ter, no mínimo, 20% (vinte por cento) de seu patrimônio representado por quotas subordinadas. Esta relação será apurada diariamente e será acessível aos quotistas do **FUNDO**, mensalmente, através do serviço de atendimento ao quotista indicado neste Prospecto.

Na hipótese de inobservância do percentual mencionado no *caput*, com quotas subordinadas representando, por mais de 10 (dez) dias corridos, menos que 20% (trinta por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**, serão adotados os seguintes procedimentos:

I - A **ADMINISTRADORA** comunicará, imediatamente, tal ocorrência aos quotistas subordinados, através do envio de correspondência ou de correio eletrônico, pela qual:

- a) noticiará o fato e solicitará aos quotistas subordinados que providenciem o restabelecimento da relação mínima dentro de um prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do recebimento da comunicação, e;
- b) informará aos quotistas subordinados o número mínimo de quotas subordinadas e os respectivos valores para subscrição, que deverão ser subscritas para que se possa restabelecer o percentual fixado acima.

II – Os quotistas subordinados deverão subscrever, dentro do prazo mencionado no inciso I, tantas quotas subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a relação mínima entre patrimônio líquido e quotas seniores mencionada acima.

III - Na hipótese de a **ADMINISTRADORA** verificar que, decorrido o prazo do inciso II, não se alcançou o restabelecimento da relação entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO**, quer em virtude da não subscrição, por parte dos quotistas subordinados, de um número de quotas subordinadas suficientes para atender ao disposto no inciso II, quer por qualquer outro motivo, deverá convocar a Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre: a) providências a serem tomadas pela **ADMINISTRADORA**; b) substituição da **ADMINISTRADORA** no exercício das funções em relação ao **FUNDO**; e/ou c) pela liquidação antecipada do **FUNDO**.

A **ADMINISTRADORA** poderá providenciar a emissão de quotas subordinadas do **FUNDO** a qualquer tempo, a fim de re-estabelecer a Razão de Garantia prevista acima.

ASSEMBLÉIA GERAL

Será de competência privativa da Assembléia Geral de Quotistas do **FUNDO**:

I - tomar anualmente, no prazo máximo de 04 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do **FUNDO** e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;

II - alterar o Regulamento do **FUNDO**;

III - deliberar sobre a substituição da **ADMINISTRADORA**, da **GESTORA** e/ou do **CUSTODIANTE**;

IV - deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela **ADMINISTRADORA**, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução; e

V - deliberar sobre incorporação, fusão, cisão, liquidação ou prorrogação do **FUNDO**.

O Regulamento do **FUNDO** poderá ser alterado, independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Quotistas.

A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do **FUNDO**, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas.

Somente pode exercer as funções de representante de Quotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

I - ser Quotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas;

II - não exercer cargo ou função na **ADMINISTRADORA**, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e

III - não exercer cargo em empresa cedente de direitos creditórios integrantes da carteira do **FUNDO**.

A convocação da Assembléia Geral de quotistas do **FUNDO** far-se-á mediante anúncio publicado no Jornal da Manhã, por meio de carta com aviso de recebimento endereçado a cada quotista ou por correio eletrônico (*e-mail*), do qual constarão, obrigatoriamente, o dia, hora e local em que será realizada a Assembléia e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento ou do correio eletrônico aos Quotistas.

Não se realizando a Assembléia Geral, será publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico aos Quotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Para efeito do acima disposto, admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral seja providenciada juntamente com o anúncio da primeira convocação.

Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral realizar-se-á no local onde a **ADMINISTRADORA** tiver a sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, os anúncios indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede da **ADMINISTRADORA**.

Independentemente das formalidades acima previstas, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral de Quotistas pode reunir-se por convocação da **ADMINISTRADORA** ou de Quotistas possuidores de quotas que representem isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das quotas emitidas.

Na Assembléia Geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um Quotista, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de quotas dos Quotistas presentes, correspondendo a cada quota um voto, ressalvado o disposto abaixo.

As deliberações relativas à matéria prevista no inciso III do artigo 29 do Regulamento deverão ser tomadas, em primeira convocação, pelos quotistas detentores de 75% (setenta e cinco por cento) das quotas emitidas, e, em segunda convocação, pelos quotistas detentores de 60% (sessenta por cento) das quotas emitidas. Em relação às demais matérias previstas no artigo 29 do Regulamento, todas serão tomadas em primeira convocação pela maioria das quotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das quotas dos presentes.

Somente podem votar na Assembléia Geral os cotistas do **FUNDO**, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

Não têm direito a voto na assembléia geral a **ADMINISTRADORA**, inclusive seus empregados.

As decisões da Assembléia Geral devem ser divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

A divulgação referida acima deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista.

As modificações aprovadas pela Assembléia Geral de Quotistas passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- I – lista de Quotistas presentes na Assembléia Geral;
- II – cópia da ata da Assembléia Geral;
- III – exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos; e
- IV – modificações procedidas no prospecto.

EVENTOS DE AVALIAÇÃO

Na hipótese de ocorrência das situações a seguir descritas, caberá à **ADMINISTRADORA** ou aos Quotistas interessados, convocar uma Assembléia Geral de Quotistas para que esta, após apresentação das situações da carteira pela **ADMINISTRADORA**, delibere sobre a continuidade do **FUNDO** ou sua liquidação antecipada, e conseqüente definição de cronograma de pagamentos dos quotistas:

I - inobservância pela **ADMINISTRADORA** de seus deveres e obrigações previstas no Capítulo II do Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação Antecipada;

II - renúncia da **ADMINISTRADORA**, da **GESTORA** e/ou do **CUSTODIANTE** referente às suas funções perante o **FUNDO** não resolvida em 30 (trinta) dias;

III - inobservância pelo **CUSTODIANTE** de seus deveres e obrigações previstos no artigo 6º do Regulamento, desde que, notificado pela **ADMINISTRADORA** para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da referida notificação;

IV - aquisição, pelo **FUNDO**, de direitos de crédito em desacordo com os Critérios de Elegibilidade, conforme exposto no artigo 17 do Regulamento, verificada pelo **CUSTODIANTE**;

V - rebaixamento da classificação de risco inicial de quotas seniores do **FUNDO** em dois níveis, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;

VI - não pagamento, nas datas de amortização, do valor integral da amortização de qualquer série das quotas seniores;

VII - caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às quotas seniores por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias; e

VIII – se houver resilição do Contrato de Custódia e não tenha sido deliberado pelos Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, a escolha de um novo custodiante para o **FUNDO** no prazo de 30 (trinta) dias.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, a **ADMINISTRADORA** suspenderá imediatamente os procedimentos de aquisição de direito de crédito. Concomitantemente, a **ADMINISTRADORA** deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembléia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 10 (dez) dias, para que seja avaliado o grau de comprometimento do **FUNDO**. Caso a Assembléia Geral decida que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, a **ADMINISTRADORA** deverá implementar os procedimentos definidos no artigo 59 do Regulamento, incluindo a convocação de nova Assembléia Geral.

Na hipótese de liquidação do **FUNDO**, os titulares de quotas seniores terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos valores previstos para amortização ou resgate da respectiva série e no limite desses mesmos valores, na data de liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de quotas seniores.

LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

O **FUNDO** será liquidado única e exclusivamente nas seguintes hipóteses:

I – renúncia do **TREND BANK** em relação às suas obrigações perante o **FUNDO**;

II - por deliberação de Assembléia Geral de Quotistas;

III - se o **FUNDO** mantiver patrimônio líquido médio inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), pelo período de 03 (três) meses consecutivos e não for incorporado a outro Fundo de Investimento em Direitos Creditórios;

IV - caso seja deliberado em Assembléia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação; e

V – impossibilidade do **FUNDO** adquirir direitos de crédito admitidos por sua política de investimentos.

Na hipótese do inciso II supra, se a decisão da Assembléia Geral for a de não liquidação do **FUNDO**, fica desde já assegurado o resgate das quotas seniores dos quotistas dissidentes que o solicitarem, pelo valor das mesmas e de acordo com a disponibilidade de recursos do **FUNDO**.

Na liquidação antecipada do **FUNDO**, não havendo a disponibilidade de recursos, os quotistas do **FUNDO** poderão receber Direitos Creditórios constantes da carteira do **FUNDO**, como pagamento dos seus direitos, em dação em pagamento.

Na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos direitos creditórios e dos ativos financeiros para fins de pagamento de resgate das quotas, os direitos creditórios e os ativos financeiros serão dados em pagamento aos quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada quotista será calculada de acordo com a proporção de quotas detida por cada titular sobre o valor total das quotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, a **ADMINISTRADORA** estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado a liquidar o **FUNDO** perante as autoridades competentes.

A **ADMINISTRADORA** deverá notificar os quotistas, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de direitos creditórios e ativos financeiros, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (ii) informando a proporção de direitos de crédito e Ativos Financeiros a que cada quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da **ADMINISTRADORA** perante os Quotistas após a constituição do referido condomínio.

Caso os titulares das quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido nos parágrafos acima, essa função será exercida pelo titular de quotas seniores que detenha a maioria das quotas seniores em circulação.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a **ADMINISTRADORA** deverá i) notificar os quotistas, ii) suspender imediatamente o pagamento de qualquer resgate ou amortização em andamento, se houver, e os procedimentos de aquisição de direitos creditórios; e iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada de quotas do **FUNDO** definidos no artigo 59 do Regulamento. A **ADMINISTRADORA** deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembléia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que os quotistas deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, observando o direito de resgate dos quotistas dissidentes de que trata o parágrafo 1º do artigo 59 do Regulamento.

Após o pagamento das despesas e encargos do **FUNDO**, será pago aos titulares de quotas seniores, se o patrimônio do **FUNDO** assim permitir, o valor apurado conforme o artigo 49 do Regulamento, em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das quotas. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das quotas seniores, será pago aos titulares de quotas subordinadas, conforme a respectiva quantidade de quotas de cada titular, observando-se:

I - os quotistas poderão receber tal pagamento em direitos de crédito, nos termos do parágrafo 2º do artigo 59 do Regulamento, cujo valor deverá ser apurado com observância ao disposto no artigo 49 do Regulamento, desde que assim deliberado em Assembléia Geral convocada para este fim, e;

II – que **ADMINISTRADORA** poderá ainda alienar parte ou a totalidade dos direitos de crédito de titularidade do **FUNDO**, pelo respectivo valor, apurado com observância ao que dispõe o artigo 49 do Regulamento, acrescido de todos os custos e despesas necessários para a liquidação e extinção do **FUNDO**, devendo utilizar os recursos da eventual alienação no resgate das quotas seniores e quotas subordinadas.

A liquidação do **FUNDO** será gerida pela **ADMINISTRADORA**, observando: i) as disposições deste Regulamento ou o que for deliberado na Assembléia Geral, e; ii) que cada quota de determinada classe será conferido tratamento igual ao conferido às demais quotas de mesma classe.

TAXAS

A **ADMINISTRADORA** receberá pelos serviços de administração do **FUNDO** uma Taxa de Administração equivalente ao percentual anual de 2,60% a.a. (dois inteiros e sessenta centésimos por cento ao ano), incidente sobre o patrimônio líquido do **FUNDO**, ou o valor fixo mensal de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), prevalecendo o critério que resultar em valor maior.

O **TREND BANK** receberá pelos serviços prestados ao **FUNDO**, descritos no parágrafo 2º do artigo 6º, artigo 7º, artigo 16, parágrafo 2º do artigo 19, artigos 26 e 28, todos do Regulamento, remuneração equivalente a 1,85% (um vírgula oitenta e cinco por cento) ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do **FUNDO** que será debitada da taxa de administração devida à **ADMINISTRADORA**. A remuneração do **TREND BANK** será provisionada diariamente e paga diretamente pelo **FUNDO** ao **TREND BANK** até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços.

O **CUSTODIANTE** receberá pelos serviços de custódia, controladoria e escrituração de quotas do **FUNDO** a remuneração a seguir: Taxa considerando o valor total dos ativos a serem custodiados: até R\$ 100 milhões - 0,025% a.a., de R\$ 100 milhões a R\$ 200 milhões - 0,023% a.a. e, acima deste valor de 0,020% a.a., calculados na metodologia de cascata. O percentual será aplicado sobre o valor total dos ativos custodiados e o cálculo da taxa de custódia será diário e com pagamento até o 5º dia útil seguinte ao mês da prestação dos serviços. O valor dessa remuneração será anualmente revisto e reajustado pelo IGP-M/FGV, ou na extinção deste pelo que vier a substituí-lo.

A Taxa de Administração compreende, além da remuneração da **ADMINISTRADORA**, a remuneração da **GESTORA**, do **TREND BANK** e do **CUSTODIANTE**.

A remuneração da **ADMINISTRADORA** é calculada por dia útil, com base no percentual referido no artigo 10 sobre o valor diário do patrimônio líquido do **FUNDO**, e será paga mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

Para efeitos do disposto neste Prospecto e no Regulamento, entende-se por dia útil segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro.

A **ADMINISTRADORA** pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo **FUNDO** aos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração.

O **FUNDO** não possui taxa de ingresso, de performance e/ou taxa de saída.

TRIBUTAÇÃO

TRIBUTAÇÃO SOBRE O FUNDO:

IOF

As aplicações realizadas pelo **FUNDO** estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

CPMF

As operações realizadas pelo **FUNDO**, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da carteira e o pagamento realizado pelo **FUNDO** no resgate das quotas, estão sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0% (zero por cento).

IR

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira são isentos do Imposto de Renda.

TRIBUTAÇÃO SOBRE OS QUOTISTAS:

IOF

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate, cessão ou repactuação das Quotas do **FUNDO**, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao

Decreto nº 4.494/02, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

CPMF

A CPMF incide nas aquisições das Quotas do **FUNDO** efetuadas com recursos detidos (i) nas contas correntes de depósito a vista, à alíquota de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento); e (ii) nas contas investimento, à alíquota de 0% (zero por cento).

IR

Sobre os rendimentos e ganhos auferidos pelos Quotistas incide o IR-Fonte. Para os rendimentos auferidos a partir de 01 de janeiro de 2005, as alíquotas são regressivas em razão da classificação do fundo como de longo prazo (carteira com prazo médio superior a 365 dias – excluídos para esse propósito os Direitos Creditórios) ou de curto prazo (carteira com prazo médio igual ou inferior a 365 dias – excluídos para esse propósito os Direitos Creditórios), e após a definição da classificação do **FUNDO** segundo este critério, a alíquota varia, ainda, de acordo com o prazo de permanência da aplicação do investidor, conforme abaixo descrito:

(i) Fundo de longo prazo:

22,5% - prazo da aplicação de até 180 dias;
20,0% - prazo da aplicação de 181 dias até 360 dias;
17,5% - prazo da aplicação de 361 dias até 720 dias; e
15,0% - prazo da aplicação acima de 720 dias.

(ii) Fundo de curto prazo:

22,5% - prazo da aplicação de até 180 dias; e
20,0% - prazo da aplicação acima de 180 dias.

Os prazos referidos acima são considerados a partir da data da aplicação.

AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS

No caso de amortização de Quotas, o imposto deverá incidir sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, proporcionalmente aos juros amortizados, à alíquota aplicável com base no prazo médio da Carteira.

ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

As atividades de administração do **FUNDO** serão exercidas pela **ADMINISTRADORA**.

As atividades de gestão da carteira do **FUNDO** serão exercidas pela **GESTORA**.

OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRADORA

Incluem-se entre as obrigações da **ADMINISTRADORA**:

I - manter atualizados e em perfeita ordem:

- a) a documentação relativa às operações do **FUNDO**;
- b) o registro dos Quotistas;
- c) o livro de atas de Assembléias Gerais;
- d) o livro de presença de Quotistas;
- e) o Prospecto do **FUNDO**;
- f) os demonstrativos trimestrais do **FUNDO**;
- g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao **FUNDO**; e
- h) os relatórios do auditor independente.

II - receber quaisquer rendimentos ou valores do **FUNDO** diretamente ou por meio de instituição contratada;

III - entregar ao Quotista, gratuitamente, exemplar do Regulamento do **FUNDO**, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;

IV - divulgar, diariamente, no periódico utilizado para divulgações do **FUNDO**, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem quotas desse, o valor do patrimônio líquido do **FUNDO**, o valor da quota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da agência classificadora de risco contratada pelo **FUNDO**;

V - custear as despesas de propaganda do **FUNDO**;

VI - fornecer anualmente aos Quotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de quotas de sua propriedade e respectivo valor;

VII - sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a **ADMINISTRADORA** e o **FUNDO**; e

VIII - providenciar trimestralmente a atualização da classificação de risco do **FUNDO** ou dos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**.

A divulgação das informações prevista no inciso IV acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade da **ADMINISTRADORA** pela regularidade na prestação destas informações.

A **ADMINISTRADORA**, observadas as limitações legais e da Instrução 356 e do Regulamento, terá poderes para praticar todos os atos necessários à administração do **FUNDO**, bem como para exercer todos os direitos inerentes aos ativos que o integrem, inclusive o de ação e o de comparecer em assembléias gerais ou especiais atinentes aos ativos que compõem a carteira do **FUNDO**.

VEDAÇÕES DA ADMINISTRADORA

É vedado à **ADMINISTRADORA**:

I - prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo **FUNDO**, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;

II - utilizar ativos de sua própria emissão ou co-obrigação como garantia das operações praticadas pelo **FUNDO**; e

III - efetuar aportes de recursos no **FUNDO**, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de quotas deste.

As vedações de que tratam os incisos I a III acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da **ADMINISTRADORA**, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou co-obrigação dessas.

Excetuam-se do anteriormente disposto a utilização de títulos de emissão do Tesouro Nacional, títulos de emissão do Banco Central do Brasil e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, integrantes da carteira do **FUNDO**, para cobertura de margem de garantia de operações de que tratam o Capítulo VI do Regulamento.

É vedado à **ADMINISTRADORA**, em nome do **FUNDO**:

I – prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;

II – realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos na Instrução 356;

III – aplicar recursos diretamente no exterior;

IV – adquirir quotas do próprio **FUNDO**;

V – pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução 356, bem como no Regulamento;

VI – vender quotas do **FUNDO** a prestação;

VII – vender quotas do **FUNDO** a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos creditórios, exceto quando se tratar de quotas subordinadas;

VIII – prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;

IX – fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;

X – delegar poderes de gestão da carteira do **FUNDO**, ressalvado o disposto no artigo 39, inciso II, da Instrução 356;

XI – obter ou conceder empréstimos/financiamentos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos;

XII – efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA/GESTORA/CUSTODIANTE

A **ADMINISTRADORA**, a **GESTORA** e o **CUSTODIANTE**, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada quotista, pode renunciar à administração, gestão e custódia do **FUNDO**, respectivamente, desde que seja convocada, pela **ADMINISTRADORA**, no mesmo ato, Assembléia Geral de quotistas para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação desse, nos termos da Instrução 356.

Nas hipóteses de substituição da **ADMINISTRADORA**, da **GESTORA** e do **CUSTODIANTE**, e de liquidação do **FUNDO**, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria **ADMINISTRADORA**.

No caso de Regime de Administração Especial Temporária, intervenção ou liquidação extrajudicial ou de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da **ADMINISTRADORA**, da **GESTORA** e do **CUSTODIANTE**, deve automaticamente ser convocada assembléia geral de quotistas, no prazo de 5 (cinco) dias, contados de sua decretação, para: I - nomeação de Representante de quotistas; e II - deliberação acerca de: a) substituição da **ADMINISTRADORA**, da **GESTORA** e do **CUSTODIANTE**, no exercício de suas funções perante o **FUNDO**; ou b) pela liquidação antecipada do **FUNDO**.

CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO

As atividades de custódia e controladoria do **FUNDO** previstas nos artigos 38 e 39 da Instrução 356 e as atividades de escrituração de quotas do **FUNDO** serão exercidas pelo **CUSTODIANTE**.

O **CUSTODIANTE** é responsável pelas seguintes atividades:

I - receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos direitos creditórios;

II - validar os direitos creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento;

III - realizar a liquidação física e financeira dos direitos creditórios, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e documentos comprobatórios da operação;

IV - fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda dos documentos relativos aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**;

V - diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos direitos creditórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, agência classificadora de risco contratada pelo **FUNDO** e órgãos reguladores;

VI - cobrar e receber, por conta e ordem de seus clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos; e

VII – observar para que somente as ordens emitidas pela **ADMINISTRADORA** e/ou pela **GESTORA**, ou por seus representantes legais ou mandatários, devidamente autorizados, sejam acatadas, sendo-lhe vedada a execução de ordens que não estejam diretamente vinculadas às operações do **FUNDO**.

O **TREND BANK** realizará, a título de prestação de serviços, a cobrança dos Direitos Creditórios inadimplidos e guarda dos documentos comprobatórios dos Direitos Creditórios, ficando este depositário fiel dos documentos relacionados aos Direitos Creditórios.

Conforme faculta o artigo 38, parágrafo 1º, da Instrução 356, o **CUSTODIANTE** analisará a documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios utilizando-se de amostra probabilística aleatória simples, selecionada por sorteio não viciado, considerando, ainda, parâmetros em relação à diversificação de clientes, quantidade e valor médio dos Direitos Creditórios, com intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento) e erro tolerável aceitável.

Os parâmetros de quantidade dos créditos cedidos e de diversificação de devedores que ensejarão a verificação do lastro por amostragem serão definidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$n_0 = \frac{1}{\xi_0^2}$$

$$A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

ξ_0 : Erro Estimado

A : Tamanho da Amostra

N : População Total

n_0 : Fator Amostral

OPERADOR E FOMENTADOR COMERCIAL DE ORIGINAÇÃO

Conforme faculta o artigo 24, inciso XI, alínea “b” e o artigo 39, inciso I, ambos da Instrução 356, o **FUNDO** utiliza, ainda, os serviços especializados da **TREND BANK**. Tais serviços consistem:

I – no prévio cadastramento dos Cedentes;

II – na análise de crédito de potenciais devedores dos direitos creditórios a serem cedidos ao **FUNDO**;

III - na análise dos direitos creditórios ofertados ao **FUNDO**;

IV – no recebimento e análise da documentação que evidencia o lastro dos direitos creditórios a serem cedidos ao **FUNDO**;

V – na verificação do atendimento dos direitos creditórios ofertados ao **FUNDO** às Condições de Cessão; e

VI - na guarda dos Documentos Representativos de Crédito, cabendo ao **TREND BANK** a responsabilidade pelo depósito dos Documentos Representativos de Crédito, na qualidade de fiel depositário os documentos relacionados aos direitos de crédito.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO

As demonstrações financeiras do **FUNDO** estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Enquanto a CVM não editar as referidas normas, aplicam-se ao **FUNDO** as disposições do COSIF, editado pelo BACEN.

O exercício social do **FUNDO** tem duração de 01 (um) ano, com início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano.

A **ADMINISTRADORA** deve colocar as demonstrações financeiras do **FUNDO** à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

I - de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e

II - de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

ENCARGOS DO FUNDO

Constituem encargos do **FUNDO**, além da remuneração dos serviços de administração e de gestão da carteira do **FUNDO**, as seguintes despesas, que podem ser debitadas pela **ADMINISTRADORA**:

a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do **FUNDO**;

b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;

c) despesas com correspondências de interesse do **FUNDO**, inclusive comunicações aos Quotistas;

d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do **FUNDO** e da análise de sua situação e da atuação da **ADMINISTRADORA**;

- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do **FUNDO**;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do **FUNDO**, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do **FUNDO** ou à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- h) taxas de custódia de ativos do **FUNDO**;
- i) despesas com a contratação de agência classificadora de risco;
- j) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, como representante dos Quotistas; e
- l) despesa com a taxa de registro e anuidade na CETIP, se houver.

Quaisquer outras não previstas como encargos do **FUNDO** devem correr por conta da **ADMINISTRADORA**.

PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS

A **ADMINISTRADORA** irá divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao **FUNDO**, tal como a eventual alteração da classificação de risco do **FUNDO** ou dos direitos creditórios e demais ativos integrantes da respectiva carteira, de modo a garantir a todos os Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

A divulgação das informações deve ser feita por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** e mantida disponível para os Quotistas na sede e agências da **ADMINISTRADORA** e nas instituições que coloquem quotas do **FUNDO**.

A **ADMINISTRADORA** deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- I - o número de quotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- II - a rentabilidade do **FUNDO**, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- III - o comportamento da carteira de direitos creditórios e demais ativos do **FUNDO**, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

PERIÓDICO DESTINADO ÀS PUBLICAÇÕES DO FUNDO

Publicação de Quotas, Anúncios, Fatos Relevantes, Convocações e demais documentos: Jornal da Manhã.

BREVE HISTÓRICO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

OPERADOR E FOMENTADOR COMERCIAL DE ORIGINAÇÃO – TREND BANK S.A. BANCO DE FOMENTO.

A Trendbank Fomento, com sede na cidade de São Paulo\ - SP é uma empresa de fomento mercantil com ativos totais de R\$ 97.975 mil e Patrimônio Líquido de R\$ 41.348 mil (dez/06). Foi constituída sob a forma de sociedade anônima, sendo controlada em 99,56% pela Brasco Holding Inc. (Brasco Holding). A Brasco Holding, assim como a Trendbank Fomento, é presidida pelo Sr. Adolpho Julio da Silva Mello Neto, que além de principal executivo, é o responsável pela política que norteia a empresa, bem como representante do acionista majoritário nas AGOS/AGES da Trendbank Fomento. O Sr. Adolpho detém o controle acionário do Trend Bank Ltd. (Trend Bank), banco de investimentos estrangeiro, que está representado no Brasil pela Trend Bank Investimentos, Participações e Representações Ltda., instituição devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil a atuar no País.

A Trendbank Fomento tem histórico de atuação relativamente curto. Foi constituída em 2002, tendo como objeto social:

- i) efetuar negócios de fomento mercantil (*factoring*), que consistem na: a) prestação de serviços, em caráter contínuo, de alavancagem mercadológica ou de acompanhamento das contas a receber e a pagar ou de seleção e avaliação dos sacados (devedores) ou dos fornecedores das empresas-clientes contratantes; b) conjuntamente, na compra, à vista, total ou parcial, de direitos resultantes de vendas mercantis e/ou de prestação de serviços realizadas a prazo por suas empresas-clientes contratantes; c) na realização de negócios de *factoring* no comércio internacional de exportação e importação; ii) prestar serviços de assessoria empresarial e de gestão; iii) participar como sócia ou acionista de outras sociedades; e iv) exercer a atividade de administração de carteira de títulos e valores mobiliários.

Atualmente, o foco da empresa está na prestação de soluções financeiras para empresas dos setores industrial e de prestação de serviços, especialmente daquelas localizadas na Região Sudeste. Os principais serviços e produtos de crédito direcionados para estas empresas são: i) transação de recebíveis: aquisição de ativos creditórios de empresas resultantes de suas vendas mercantis a prazo ou prestação de serviços já realizados, como cheques e duplicatas; ii) compra de matéria-prima: aquisição de um contrato de compra e venda entre uma empresa cliente e seu sacado, providenciando, assim, o adiantamento do capital para a compra de matéria-prima por parte da cliente; iii) cobrança e assessoria financeira: assessoria na implementação do fluxo de caixa e no planejamento financeiro da empresa. Também em linha com o seu objeto social, a Trendbank Fomento tem participação de 99,9% no capital da empresa Rócio Investimentos e Participações Ltda., com a qual trabalha em sinergia.

A Trendbank Fomento possui uma estrutura administrativa adequada ao seu porte. A alta administração da instituição está dividida entre os seus cinco principais executivos (diretores estatutários): o Sr. Adolpho Julio da Silva Mello Neto (Presidente), o Sr. Nelson Chemin (Vice-Presidente), o Sr. Cesário Ramalho da Silva Filho (Diretor-Superintendente), o Sr. Luiz Carlos de Matos (Diretor de Comercial) e o Sr. Gilson Edueta (Diretor Administrativo).

Estes executivos possuem experiência considerável no mercado financeiro, destacando-se o seu Presidente, cujo currículo inclui a atuação em diversas empresas financeiras e bolsas de mercadorias e futuros (negociação de *commodities* agrícolas), entre as quais: New York Cotton Exchange (Nova Iorque), Refco International Futures Brazil e Shearson American Express (Nova Iorque). O modelo de gestão da Trendbank Fomento, de modo positivo, contempla um Comitê de Diretoria, formado pelos seus principais executivos. Este Comitê é o órgão soberano nas decisões da instituição, prevendo sempre a decisão consensual (não existem alçadas individuais).

A atual estrutura operacional da Trendbank Fomento é adequada ao tamanho de suas operações. Ao final de 2006, a empresa contava com cerca de 70 funcionários, distribuídos nos principais departamentos da organização. As suas operações de fomento são originadas por meio de uma das plataformas comerciais (localizadas nas cidades de São Paulo - SP e Porto Alegre). Na plataforma de São Paulo possui 03 gerentes gerais, abaixo dos quais encontram-se outros 15 gerentes. Na plataforma de Porto Alegre, possui um gerente regional e 4 gerentes comerciais. Atualmente, a empresa detém cerca de 250 cedentes. A sua base de sacados inclui mais de 13 mil empresas (ativas e liquidadas).

Em dez/06, a carteira de duplicatas da Trendbank montava aproximadamente R\$ 80.000 mil, sendo que a carteira vencida há mais de 120 dias era de R\$ 2.200 mil. O prazo médio girava em torno de 45 dias. A Trendbank Fomento possui rating de crédito de longo prazo BBB ("triplo B"), em escala nacional, com a Austin Rating (ver anexo VII).

ADMINISTRADORA – CRUZEIRO DO SUL S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Trata-se de distribuidora de títulos e valores mobiliários constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado. Atualmente, seu patrimônio líquido ultrapassa R\$ 15 milhões. Trata-se de empresa controlada pelo Banco Cruzeiro do Sul S.A. Seus Diretores Executivos, Srs. Marcelo Xandó Baptista e Flávio Nunes Ferreira Rietmann possuem vasta experiência nos mercados financeiro e de capitais.

A Cruzeiro do Sul S.A. DTVM é autorizada pela CVM a administrar carteiras de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório CVM nº. 8.282, de 12 de abril de 2005.

Além de administrar Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios, a Cruzeiro do Sul S.A. DTVM também administra Fundo de Investimento e Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento, totalizando aproximadamente R\$ 1 bilhão em patrimônio administrado.

Portanto, desde 2005 a Cruzeiro do Sul S.A. DTVM está focada na prestação de serviços de administração fiduciária de recursos de terceiros. Para tanto, sua estrutura foi desenvolvida seguindo todos os critérios de segregação física e estratégica (*chinese wall*) do Banco Cruzeiro do Sul S.A., atendendo assim as exigências das autoridades monetárias do país - BACEN e CVM.

ESTRUTURADORA E GESTORA – BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.

A BCSul Verax Serviços Financeiros Ltda., é uma empresa de gestão e administração de títulos e valores mobiliários nos termos da Instrução CVM nº 306 de 05.05.1999, conforme Ato Declaratório CVM nº 7.509, de 24 de novembro de 2003.

Seu principal foco de atuação está no aconselhamento e orientação financeira para investidores Pessoas Física e Jurídica através dos métodos de "asset allocation".

Empresa independente de gestão de recursos de terceiros, tem como maior objetivo a não incidência de conflito de interesse na seleção dos produtos de investimento que aloca a seus clientes, neste sentido atua com 15 diferentes instituições gestoras a fim de diversificar ao máximo as aplicações de seus clientes.

A gestão da empresa esta sob as responsabilidades dos sócios diretores Marcelo Xandó Baptista e Márcio Serra Dreher, profissionais oriundos das áreas de investimento e gestão de grandes instituições financeiras brasileiras e internacionais, onde adquiriram por mais de 8 anos a experiência de alocação de recursos para clientes de alto poder aquisitivo.

A BCSul Verax possui uma estrutura operacional extremamente enxuta, composta por profissionais de alto nível técnico divididos em 3 equipes: comercial, responsável pela prospecção de clientes e atendimento a investidores; gestão, responsável pela análise, seleção e acompanhamento dos produtos de terceiros para composição das carteiras dos clientes da BCSul Verax e operacional, que atua na elaboração de relatórios de performance e no atendimento ao quotista.

A partir de novembro de 2003, a BCSul Verax passou a dedicar-se também a estruturação e análise de operações de securitização de ativos de crédito utilizando-se das ferramentas como FIDCs - Fundos de Investimentos de Direitos Creditórios, CCBs - Cédulas de Crédito Bancário, CRLs - Certificado de Recebíveis Imobiliários, entre outras.

Tem atualmente sob sua gestão ativos de, aproximadamente, R\$ 2,8 bilhões.

CUSTODIANTE – DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO

O Deutsche Bank vem prestando os serviços de custódia desde 1870 através de suas centrais estabelecidas em Nova York, Cingapura, Londres e Frankfurt sendo considerados atualmente um dos maiores custodiantes no mundo, com ativos totais sob custódia no montante aproximado de EUR 1,2 trilhões.

No Brasil, o Deutsche Bank atua desde agosto de 1911, através do "Deutsche Ueberseeische Bank" (neste mês houve a abertura de uma filial no Rio de Janeiro, sob o nome de Banco Alemão Transatlântico). Em 1930 o Deutsche Bank expandiu seus negócios no Brasil com a fusão do "Disconto - Gesellschaft AG". No decorrer da 2ª guerra, entretanto o Banco teve suspensa suas operações retornando a atuar no mercado financeiro brasileiro em 1968 quando da recuperação de sua carta patente.

Desde 18 de março de 1994, o Deutsche Bank atua como subsidiária independente no Brasil, sob o nome de Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão que pertence inteiramente ao Deutsche Bank AG, Frankfurt. No início de outubro de 1994, o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, recebeu do Banco Central do Brasil, licença de banco múltiplo, podendo atuar nos mais diversos segmentos do mercado financeiro brasileiro.

No Mundo o Deutsche Bank oferece seus serviços em 73 países para seus clientes em 1.717 filiais ou agências e é uma das maiores instituições financeiras do mundo possuindo excelente reputação, o que se reflete nas excelentes avaliações concedidas pelas empresas de rating internacional como a Moody's, Standard & Poors e Fitch IBCA.

O Serviço de Custódia é um dos focos de atuação do Deutsche Bank, com posição de destaque no cenário mundial. No Brasil, o Banco é uma instituição credenciada pela CVM para a prestação de serviços de custódia de títulos escriturais (dentre outros, Títulos Públicos Federais, Títulos Privados e de Renda Variável). O início dessa atividade data de 1994. Inicialmente oferecendo os serviços para investidores estrangeiros e em 1996, para administradores locais de recursos e investidores institucionais tais como fundos de previdência.

AGÊNCIA DE RATING – AUSTIN RATING

A Austin Rating é uma agência classificadora de risco de crédito de origem brasileira. Foi a primeira empresa nacional a conceder ratings no Brasil. Além do pioneirismo na classificação de risco de crédito, a empresa se caracteriza pelo desenvolvimento de metodologia própria, a qual adapta padrões internacionais ao mercado financeiro nacional e suas particularidades.

A credibilidade da Austin Rating junto ao mercado foi construída ao longo dos seus 20 anos de atuação no Brasil. Nesse período, a agência teve a oportunidade de acompanhar os momentos decisivos da economia nacional e internacional e de suas implicações sobre empresas nacionais e, principalmente, instituições financeiras, destacando-se pela segurança e pela independência de suas opiniões. Hoje, a Austin é a empresa mais solicitada pela mídia quando o assunto é bancos e mercado financeiro.

A manutenção da profunda confiança adquirida exige que a Austin Rating esteja permanentemente realizando investimentos na formação e atualização de seus profissionais, os quais ocorrem sob a forma de cursos nas escolas de economia e finanças, palestras e eventos promovidos pelo mercado financeiro e intercâmbio de conhecimento com estudantes e profissionais de universidades nacionais e estrangeiras. A soma dos investimentos se reproduz em uma equipe de analistas altamente qualificada, a qual garante uma qualidade cada vez maior no processo analítico e das opiniões concedidas pela agência.

AUDITORIA – KPMG AUDITORES INDEPENDENTES

A KPMG é uma empresa com presença mundial, prestando serviços da mais alta qualidade em diversas áreas, por meio de seus departamentos de Serviços de Auditoria, Assessoria Tributária, Assessoria em Serviços Financeiros e Assessoria em Gestão de Recursos Humanos.

A KPMG foi constituída no Brasil em 1º de julho de 1987, a partir da fusão de três empresas com grande tradição na comunidade de negócios: (i) a Peat Marwick & Mitchell, que posteriormente tornou-se Peat Marwick International ("PMI"), com atuação no Brasil desde 1915; (ii) a Klynveld Main Goerdeler, presente no país desde 1982; e (iii) a Roberto Dreyfuss, empresa brasileira fundada em 1943.

Em 1987, a KPMG e a PMI fizeram a primeira megafusão do mercado de serviços de auditoria, passando todas as firmas associadas a elas a utilizar o nome KPMG. A KPMG atua no Brasil por meio de mais de 1.000 profissionais, em uma rede de nove escritórios operacionais, cada um liderado por um sócio.

Possui escritórios nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Curitiba, Porto Alegre, São Carlos e Jaraguá do Sul.

A KPMG presta serviços nas áreas de auditoria e contabilidade, impostos, fusões e incorporações, investigações especiais, treinamento, avaliações empresariais e assessoria em gestão de recursos humanos.

ASSESSOR LEGAL – FREITAS E LEITE ADVOGADOS

Escritório de advocacia empresarial formado em 1989, conta com ampla experiência e tradição nas áreas de mercado financeiro e de capitais. Freitas e Leite busca fornecer uma assessoria legal de qualidade, compreensiva e ágil, para seus clientes no Brasil e no exterior. O escritório tem, dentre seus clientes, dezenas de instituições financeiras, assemelhadas e outros participantes do mercado, como companhias abertas e fundos de investimento. Freitas e Leite é um assessor jurídico com forte participação em operações de securitização, tendo destacada participação na estruturação de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

COORDENAÇÃO / CO-ESTRUTURADOR / CO-DISTRIBUIDOR – BANCO KDB DO BRASIL S.A.

O Banco KDB do Brasil foi inaugurado em junho de 2006. A idéia da abertura da filial do Korean Development Bank no Brasil surgiu após a visita do Presidente do Brasil à Coreia, realizada em maio de 2005, fato este que despertou os olhares da Coreia para o Brasil e suas possibilidades de investimento.

A função do banco é de fornecer crédito para empresas coreanas que já atuem no Brasil, bem como estimular e fomentar campanhas coreanas que desejem investir no Brasil. Atua, ainda, através do mercado de capitais a fim de investir em projetos brasileiros de infra-estrutura.

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS CELEBRADOS PELO FUNDO

Destacamos abaixo um sumário descrevendo os principais contratos firmados pelo **FUNDO**.

CONTRATO DE CESSÃO

É o principal contrato celebrado pelo **FUNDO**, celebrado por este por meio de sua **ADMINISTRADORA**, e cada Cedente, para a aquisição de Direitos Creditórios. A cessão dos Direitos Creditórios será irrevogável e irreatável, transferindo para o **FUNDO**, em caráter definitivo, a plena titularidade dos Direitos Creditórios, sem direito de regresso contra o Cedente, da plena titularidade dos Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

CONTRATO DE CUSTÓDIA E CONTROLADORIA

Contrato celebrado entre a **ADMINISTRADORA**, por conta e ordem do **FUNDO** e o **CUSTODIANTE**, estabelecendo os procedimentos, direitos e obrigações com relação à prestação dos serviços de custódia qualificada e controladoria dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO**, que consistem na liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios e dos outros Ativos Financeiros integrantes da carteira, bem como sua guarda, além da supervisão, monitoramento, avaliação patrimonial e outras atividades de controle do ativo e passivo do **FUNDO**.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA, DEPÓSITO E DE COBRANÇA DE DIREITOS CREDITÓRIOS INADIMPLIDOS

Contrato celebrado entre o **FUNDO** e o **TREND BANK** para a prestação de serviços de consultoria especializada, depósito e de cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, estabelecendo os procedimentos, direitos e obrigações inerentes à consultoria especializada e à cobrança destes direitos.

CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA

DATA DE INÍCIO DA DISTRIBUIÇÃO: quando da publicação do anúncio de início de distribuição das quotas do **FUNDO**.

DATA DE TÉRMINO/RESULTADO DA DISTRIBUIÇÃO: 180 (cento e oitenta) dias contados da data de publicação do anúncio de início de distribuição das quotas do **FUNDO**.

FORMA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA: via WEB, por meio do endereço eletrônico www.verax.com.br e publicação no Jornal da Manhã.

SUSPENSÃO, CANCELAMENTO E PRORROGAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO:

A CVM poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, a oferta de distribuição que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da presente Instrução ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro.

A CVM deverá proceder à suspensão da oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão da oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada.

Findo o prazo acima referido sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da oferta e cancelar o respectivo registro. Ainda, a rescisão do contrato de distribuição importará no cancelamento do registro.

A **ADMINISTRADORA do FUNDO** deverá dar conhecimento da suspensão ou do cancelamento aos investidores que já tenham aceitado a oferta, facultando-lhes, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o quinto dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação.

Terão direito à restituição integral dos valores, bens ou direitos dados em contrapartida aos valores mobiliários ofertados, na forma e condições do presente Prospecto: (i) todos os investidores que já tenham aceitado a oferta, na hipótese de seu cancelamento; e (ii) os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima.

ALTERAÇÃO OU REVOGAÇÃO DA OFERTA

Havendo alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos do **FUNDO** e inerentes à própria oferta, será solicitada à CVM a alteração ou revogação da oferta de distribuição pública de quotas do Fundo.

A alteração e/ou revogação da oferta de distribuição de quotas do **FUNDO** será imediatamente comunicada aos investidores através de correio eletrônico e publicação no Diário Mercantil.

O investidor deverá comunicar a sua discordância com a alteração da oferta no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a divulgação da alteração da oferta, sendo que o silêncio do investidor será considerado como aceitação da alteração da oferta. O investidor que manifestar sua discordância em relação à alteração da oferta será restituído dos valores investidos no Fundo, na forma e no prazo a serem informados no anúncio de alteração da oferta.

A revogação da oferta acarretará a restituição ao investidor da quantia aplicada no **FUNDO**, a qual se dará na forma e no prazo informado no anúncio de revogação da oferta.

INFORMAÇÕES E ESTATÍSTICAS SOBRE INADIMPLENTOS, PERDAS OU PRÉ-PAGAMENTO

OPERADOR E FOMENTADOR COMERCIAL DE ORIGINAÇÃO – TREND BANK S.A. BANCO DE FOMENTO.

De acordo com as informações gerenciais, em setembro/2006, o índice de atrasos acima de 60 dias era de 1,16%, enquanto acima de 90 dias era de apenas 0,96% da carteira (ver páginas 03 e 04 do Anexo VII).

DEMONSTRATIVO DE CUSTO E DISTRIBUIÇÃO

DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA DISTRIBUIÇÃO DA 1ª SÉRIE	
1) Percentagem em relação ao valor total de quotas seniores	2,04%
2) Comissão de Colocação	0
3) Outras Comissões (especificar):	0
4) Custo Unitário de Distribuição:	R\$ 20,45
5) Despesas decorrentes dos Registros: Registro CVM e Registro CRTD	R\$ 82.870,00
6) Estruturação e Assessoria Jurídica	R\$ 80.000,00
7) Auditoria	R\$ 13.650,00
8) Classificação	R\$ 28.000,00
Total	R\$ 204.520,00

ATENDIMENTO AO QUOTISTA

Para solicitar maiores informações sobre o **FUNDO**, bem como realizar consultas sobre os demonstrativos financeiros e os relatórios da administração do **FUNDO**, potenciais investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com a **ADMINISTRADORA** por meio do seguinte endereço, telefone de atendimento e e-mail:

Endereço: Rua Funchal, nº 418, 8º andar

Telefone: (11) 3848-2717

Fax: (11) 3044-0944

E-mail: verax@verax.com.br

ANEXO I – INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO

ANEXO II – REGULAMENTO

ANEXO III – DECLARAÇÃO DO DIRETOR RESPONSÁVEL PELO FUNDO E DO DIRETOR DA ADMINISTRADORA

ANEXO IV – DECLARAÇÃO REFERENTE AO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

ANEXO V – DECLARAÇÃO DO DISTRIBUIDOR LÍDER

ANEXO VI - RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO DO FUNDO

ANEXO VII - RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO DO TREND BANK

ANEXO VIII – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO TREND BANK